

CLÍNICA E SOCIEDADE: O QUE SERÁ UM PSICANALISTA?

José F. Miguel H. Bairrão

Professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e
Letras de Ribeirão Preto/USP
Membro do Departamento Formação em
Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae

RESUMO: *O que será um psicanalista? Respondê-lo depende de uma definição do estatuto da psicanálise. É conveniente que a questão permaneça em aberto, em parte para manter o impacto do inconsciente não esquecido pelos que o vivenciam, em parte porque a extrema novidade da disciplina dificulta que se defina conclusivamente o seu estatuto.*

As tentativas de a classificar que mais comumente, explícita ou implicitamente, estão presentes na literatura e na mentalidade dos analistas (ciência, ofício, arte e religião), são manifestamente insuficientes para dar conta da singularidade da disciplina. Sugere-se uma outra perspectiva, aproximando-a da ética.

Discutem-se algumas das suas vantagens: é mais coerente com o fazer da clínica e é propícia ao alargamento da intervenção analítica para além dos limites impostos pelo modelo de exercício liberal de uma profissão (indo ao encontro de uma melhor inserção do analítico na problemática social e cultural contemporânea).

Em benefício da qualidade e permanente revisão da formação e em prol dos pacientes, oportunidades de diálogo são preciosas. A possibilidade de aprofundar e confrontar idéias entre pares é um privilégio raro e imprescindível ao desenvolvimento de uma atividade como a psicanálise. Mais ainda quando se leva em conta que o seu âmago, a prática clínica, implica numa certa solidão.

Nesse sentido, proponho uma reflexão em torno de uma pergunta que seria sábio preservar como tal, mantendo a resposta em aberto, e reiterar habitualmente. Legítimas preocupações quanto ao futuro da psicanálise, em

certa medida nas mãos dos analistas, sublinham-se na sua formulação pelo emprego no tempo futuro do verbo “ser”.

O que será um psicanalista?

O fato de perguntar de algum modo deixa o proponente numa posição confortável, visto que se espera que a resposta venha dos interlocutores... Mas, brincadeiras à parte, o sério é que é prejudicial ao progresso da investigação teórica e clínica que algumas das suas indagações nucleares se fechem em respostas dogmáticas.

Os psicanalistas sabem que perguntar pode ser um excelente modo de responder, porém isso não os desobriga de um compromisso com o percurso que leva à elaboração de uma questão. Tanto é indevido livrar-se do problema não o tematizando, quanto solucionando-o apressada e conclusivamente.

A prudente reserva de o conservar suficientemente sem resposta (definitiva) para que se o possa retomar assiduamente pode constituir-se em antídoto contra o risco de o cotidiano exercício de uma profissão se sobrepôr ao trabalho do inconsciente, obstando ao esquecimento da precariedade da circunstância humana, inevitavelmente posta em jogo para os protagonistas de uma análise no decurso da mesma.

Uma vez socializada e compartilhada, manter a indagação enquanto tal presta-se ao encaminhamento de uma reflexão sobre a crise atual, multidimensional, da psicanálise. E em função das preocupações que o seu desenvolvimento inspira, não me parece haver nem melhor nem mais útil alternativa do que dizer e explicitar clara, direta e francamente o que no momento não sei a esse respeito.

Poderia partir-se de uma analogia (tosca) entre a imaturidade da disciplina e o tempo da adolescência. É como se aproximadamente aos cem anos, já com alguma experiência de vida (ainda que mínima na escala da história da cultura), a psicanálise se interrogasse sobre o que vai ser se e quando crescer.

Prosseguindo com a analogia, digamos que é chegado o momento de não apenas se fantasiar gente crescida, mas de se afligir com a saída da casa dos pais: a iminente e angustiante entrada no “mundo de fora”.

Em que medida os fundamentos recebidos nas origens, muitas vezes ainda mal digeridos, vão ser suficientes para estabelecer uma relação bem sucedida da psicanálise com a imensidade (do ser, da vida, da mente, etc. ...)? Não recuará para um ensimesmamento de pendor, por assim dizer, autista? Poderá adolecer sem se precipitar num precoce esclerosamento, encobrendo memórias de descobertas em dogmas enquistados?

O perigo é real. Não obstante podermos beneficiar-nos do irreverente pendor brasileiro para o sincretismo (recheado dos perigos do ecletismo mas contraponto providencial contra o endurecimento das cabeças e a concomitante perda da lucidez e do espírito lúdico imprescindíveis ao pensar criativo), embora

herdeiros de uma época em que o amplo predomínio na universidade da chamada escola inglesa “se miscigenou” com o que viria a ser o lacanismo tupiniquim (que então emitia os seus primeiros balbucios), parece que essas “facilitações” pouco ou raramente se consubstanciam em subsídios e autorização para a liberdade de pensamento.

Como habitualmente acontece entre os pensadores e as doutrinas socialmente estabelecidas em seus nomes — e a psicanálise não está isenta disso —, freqüentemente nos deparamos com uma situação em que uma reflexão rica, cheia de possibilidades, fértil em problemas, sugestiva de desdobramentos se achata em como que um catecismo “*prêt-à-porter*”, que não lhe faz justiça nem explora devidamente a sua contribuição para o progresso do pensamento. O conforto doutrinário encolhe a fertilidade de um pensamento.

Situação banal no campo dos “ismos”, esta condição afeta sobremaneira a recepção da obra de um psicanalista que reconheço como parceiro privilegiado na tarefa de me auxiliar a pensar a psicanálise. Lacan, no Brasil mais do que noutros lugares, chegou “embalado” em escombros do “marxismo-estruturalismo” althusseriano, pródigo no achar formulações instigantes ao mergulho no desconhecido em conjuntos sabidos de fórmulas; propenso a reduzir um pensamento “encorpado” em ressonâncias poéticas a uma espécie de cálculo do “pulsional abstrato”.

Ora, o que um grande autor nos deixa de mais rico não são as simplificações das suas idéias em sistemas de respostas prontas e acabadas. São os problemas que pensou e os impasses que percorreu. Uma verdadeira formação não deve omitir as dúvidas, os problemas, enfim, os desconhecimentos. Estes são o tesouro a ser transmitido e portanto não é vergonhoso apresentar ralas respostas às grandes questões concernentes ao âmago da prática psicanalítica.

Sabendo que se sabe pouco, em psicanálise cresce-se quando se aprende a valorizar mais saber não saber do que saber. A par de ser próprio de um respeito para com o fato do inconsciente, a arrogância sabichona (mantendo a analogia) é típica de uma juventude que precisa adollescere bem.

Lacan mesmo sublinha como momento de uma análise madura a experiência de trocar a confiança no saber do outro pela responsabilidade de se perceber e de o perceber “não sabedor”. Analisantes e analistas passam pela prova de fogo de se verem avançando no desconhecido. A capacidade para o enfrentar é, por assim dizer, uma habilidade inerente ao “*métier*”. A partir de certa altura de uma análise (e do analista), conta menos o que se sabe do que a conduta perante o não sabido.

Portanto, não estará mal encaminhada a pergunta que nos trago se se tomar como ponto de partida a suspensão das respostas rápidas, prontas, ligeiras...

O problema proposto tem uma resposta tautológica (inútil do ponto de vista do acréscimo do saber, mas sempre verdadeira): “O analista é o operador

de uma análise”.

O “x” em aberto é o que seria uma análise. Acrescentaria nada dizer que é o que faz o analista...

Abra-se um parêntese para recordar que embora seja impensável escamotear a clínica, ela só por si não é um argumento nem pode “falar” respostas. Não é auto-explicativa e nem sempre informa muito: além de se registrarem grandes sucessos, constatam-se tremendos fracassos, e muitas vezes isso apenas “se explica” a posteriori, o que pode indicar uma mera construção retórica. Pior, não há garantia de que as explicações do sucesso ou do fracasso confirmam com a verdade (seja lá isso, a verdade, o que for). A psicanálise nos ensina a desconfiar das explicações dadas. Para complicar as coisas, ainda por cima pode haver sucesso a partir de práticas que estão longe do que se admita como análise.

Portanto, no plano estritamente clínico, o problema persiste insolucionável. É melhor fundamentá-lo no campo próprio que lhe dá consistência, o da razão humana, naturalmente refletindo a experiência, mas sem a ingenuidade de crer que esta é auto-reveladora.

Só se prospectará o que será o analista se previamente se examinar o que seja a psicanálise, e como nenhum destes dois momentos do nosso problema pode dissolver-se exaltando a clínica, para equacioná-lo no patamar devido tomo apoio na contribuição de Lacan à reflexão sobre o estatuto da psicanálise (obviamente solidário do que se estabelece como o estatuto do analista).

Parto de dois enunciados que recorto na sua obra, que me são particularmente caros.

Lacan pergunta-se:

“O que é que o analisante vem procurar na análise? Vem procurar o que tem a encontrar, ou, mais exatamente, se procura é porque há alguma coisa a encontrar. E a única coisa que para ele há a encontrar, falando propriamente, é o tropo dos tropos, o que se chama seu destino” (Lacan, 1991, p.372).

Em que pesem os achatamentos teóricos promovidos pelo furor formalizante de epígonos, Lacan ensina que, para além do patamar comunicativo e das figuras de estilo, a Palavra cifra o horizonte do tempo de vir a ser de cada sujeito, o seu destino. O destino cifra-se em palavras atuantes no acontecer (do) sujeito (Bairrão, 1996).

O que então se encontra, numa análise, não é um autoconhecimento. É o próprio ser, em devir:

“Kern unseres wesen”, o nó de meu ser, não é tanto isso que Freud nos ordena visar, como tantos outros o fizeram antes dele, pelo vão adágio “Conhece a ti mesmo”. São apenas as vias que aí conduzem que nos dá para revisar.

“Ou melhor, o que nos propõe alcançar não é o que possa ser objeto de um conhecimento, mas aquilo — não o diz? — que faz o meu ser e de que

nos ensina que testemunho tanto e mais nos meus caprichos, nas minhas aberrações, nas minhas fobias e nos meus fetiches, do que no meu personagem vagamente policiado” (Lacan, 1966, p.526).

Em análise, o sujeito encontra-se ser, mas insubstantivo, feito de atos temporalmente produtores de sentido:

“É que ao tocar por pouco que seja a relação do homem ao significante... muda-se o curso de sua história modificando as amarras do seu ser” (idem, p.527).

As duas teses — analisar é transformar o ser e o que se atinge é o destino —, ao se combinarem, uma vez que ser é “feito significante” que sucede temporalmente, permitem deduzir que no ato analítico (na medida em que se atingem as “cordas significantes” que são as “amarras” do ser sujeito) muda-se o destino (Bairrão, 1996).

Logo, analisar é mudar o destino.

Esta tese me parece suficientemente convincente para se constituir em eixo de referência e ponto de partida para um exame de algumas tomadas de posição sobre o estatuto da análise que de vez em quando são retomadas na nossa comunidade, para em seguida apontar o horizonte diferente para o qual, a meu ver, apontam.

Diga-se de passagem que hesitações e ambigüidades relativamente a um ponto tão básico como o estatuto da disciplina, embora obviamente possam levar a algum constrangimento quando se fazem públicas no concerto geral da cultura, são inevitáveis pela radicalidade e novidade da psicanálise.

Os modelos de entendimento do problema do estatuto da psicanálise (correlativo do do psicanalista) que consegui isolar, freqüentemente mais explícita ou implicitamente defendidos, são quatro:

1. O modelo científico: a psicanálise é uma ciência, uma psicologia bem feita.
2. O modelo do ofício: é um trabalho de tipo artesanal.
3. O modelo da arte: uma prática “sensível” que se enraíza no talento e na criatividade de cada analista.
4. O modelo religioso: a psicanálise é uma doutrina que oferece um sentido completo para a aventura humana (numericamente este é o mais comum, mas não é defendido por ninguém).

O modelo da psicanálise como conhecimento científico, o mais professado explicitamente, subdivide-se nas diversas correntes epistemológicas que competem pela hegemonia no campo das ciências humanas. Há aqueles que se empenham em aproximar a psicanálise da ciência num sentido forte (e restrito): uma combinação de enunciados teóricos logicamente encadeados e confirmados por fatos empíricos. Desta maneira enredam-se em polêmicas sobre o estatuto e as condições do empírico em psicanálise, servindo de alvo fácil para ilustrações de equívocos entendimentos do método científico. Afinal, as regras do jogo escolhido já foram implicitamente aceitas. Por isso, toda e

qualquer tentativa nesta direção deveria, antes, dar conta da crítica demolidora promovida por Wittgenstein (1971) e por Popper (1980), especialmente o primeiro (que em boa parte está por trás e provavelmente persistirá sendo a principal fonte das críticas à psicanálise provenientes do horizonte intelectual anglo-saxão).

Do ponto de vista destes, muito abreviadamente, a psicanálise não passaria de uma retórica pseudo científica. Enunciados que não se baseiam no empírico mas sim em interpretações da descrição lingüística da experiência, narrativas que não podem ser contrastadas com fatos, hipóteses sempre confirmadas mesmo que os dados as contrariem, definiriam um quadro de confusão ou mesmo de desonestidade intelectual. Os principais conceitos psicanalíticos seriam metafísicos, sem nenhuma base empírica, tendo o mesmo alcance que qualquer outra retórica suficientemente persuasiva. O psicanalista seria o sofista moderno: é pago e bem pago para “provar” retoricamente qualquer coisa.

Os analistas defensores da cientificidade da psicanálise nestes termos deveriam justificar melhor o que poderia ser uma plataforma empírica para a psicanálise, em vez de virarem alvo fácil e didático para ilustrações de más aplicações do método científico. Argumentar, pateticamente, com a experiência pessoal da clínica não tem valor perante a razão científica, que exige dados objetivos e públicos. Ao olhar de seus críticos, deste modo a psicanálise em nada se diferenciaria do discurso místico, fazendo um uso puramente “retórico” do método científico e aspirando ao favor gratuito de exigências diferenciadas.

De qualquer modo, as críticas wittgensteinianas à psicanálise deveriam ser muito bem estudadas por todos os formadores de psicanalistas. Especialmente os que falam em ciência da mente, ou investigação (conhecimento) da mente, precisam explicar-se muito bem, sob pena de se isolarem da cultura contemporânea.

Noutra perspectiva (mas ainda neste primeiro grupo) estão aqueles que diferenciam as ciências do espírito das ciências naturais, exigindo uma multiplicidade de métodos para a diversidade das ciências. Em geral marcados pela fenomenologia, insistem na especificidade de uma metodologia própria para o humano em geral e o inconsciente em particular, propondo o alargamento da noção de ciência de maneira que inclua a psicanálise. Mas se não houver critérios extrínsecos ao campo analítico ou que possam ser debatidos por gente de fora, não iniciada, pode-se de novo cair em algo puramente retórico, ou mesmo esvaziar o termo “ciência” (tudo passa a ser “ciência”, a astrologia, os florais...), em última instância incorrendo-se numa valorização puramente ideológica do mesmo, sem nenhum efeito do ponto de vista de um progresso teórico efetivo.

Em suma, as propostas científicas, as “psicologias”, precisam evitar facilidades retóricas que apenas conduzem a um isolamento, restringindo a psicanálise a um gueto sectário que a leva a uma progressiva perda de qualquer

influência na cultura contemporânea. Em que pese o (ainda) grande prestígio da cientificidade, certamente merecido, é descabido tentar manter-se no seu bojo a qualquer custo, sob pena de um barateamento geral.

O modelo do “ofício” (e agora, mesmo no âmbito lacaniano, multiplicam-se as “oficinas”) tem a vantagem de sublinhar que, tal como na atividade do artesão, cada peça (caso) é uma peça (caso). Reconhece e evidencia a impossibilidade de tratar por alto e genericamente, ao modo universalizante do conhecimento científico, a clínica psicanalítica. Diferencia-a da psicologia clínica por valorizar menos um conhecimento do objeto e mais um “aprender a fazer” (o psicanalista estaria mais para um velho lobo do mar do que para um oceanógrafo), o que é positivo. Mas apresenta como grande desvantagem que, ao fortalecer o elo entre mestre e aprendiz, não permite dar conta eficazmente da necessária distinção entre a formação do discípulo e o modelo proporcionado pelo mestre. O mestre aparece como quem sabe para aquele discípulo. A diferença tende a instaurar-se em discórdia, e ficam faltando meios para uma avaliação menos dual dos procedimentos, mais sobranceira. Ou seja, este modelo prescinde da proposta de um conhecimento genérico, mas postula uma relação de aprendizagem e não fornece meios para que esta seja avaliada. Portanto apresenta, a par de algumas qualidades, desvantagens significativas.

De todos, o terceiro modelo, o artístico na acepção da apreensão e da criação estéticas, é talvez o mais interessante e mais insuficiente, se não pernicioso. Interessante porque valoriza possibilidades de escuta para além do entendimento dos significados. Porém, freqüentemente nem pretende nem alcança rigor para se formular em categorias não impressionistas. Por exemplo, a idéia de escutar como se ouve uma partitura musical é interessante, mas desconheço se alguma vez isso foi além de uma vaga indicação, quase poética, sobre o trabalho interpretativo. Pode ter valor clínico, mas sem maior alcance teórico. Apesar de pleitear uma escuta para além dos significados, o modelo não consegue teorizar o que seria isso.

Além disso, em geral pressupõe uma visão romântica do trabalho artístico, crédula em “dons” e em genialidades.

A pior decorrência desta perspectiva é que o psicanalista, mesmo que retoricamente se esconda atrás de uma falsa humildade, passa a ter um papel “gordo”: tudo depende do seu talento e este é (quase) inexplicável. É como que um “dom” (o que inviabiliza qualquer explicitação de uma transmissão). Enfim, vulgariza-se a dimensão inefável inerente ao trabalho analítico, falando demais a seu respeito!

Eventualmente os seus proponentes podem incorrer em ataques à exatidão científica, valorizando uma fantasia do que seria o trabalho da magia... Mas os que assim procedem desconhecem o rigor da magia e a criatividade do trabalho científico.

Depreciam a teoria como prosa sem valor, em prol de um enaltecimento da cor da vida, contra o cinza da teoria. Porém, esta é uma atitude

fora de lugar, porque se a teoria for cinza, na hora da exposição, fotografias coloridas não devem ser exibidas...

Estas críticas não são novidade, mas há um ponto que não se aponta tanto e me parece decisivo. O paciente não é matéria-prima passiva, disposta ao cinzel de um escultor, o analista. O rigor aconselha que o talento, do ponto de vista artístico, no caso, fique mais por conta do paciente.

Mesmo quando é este que é concebido como o ator principal, é bom lembrar que o drama da sua existência não deveria se apresentar ao analista como um espetáculo a ser apreciado.

Há ainda o quarto modelo, o religioso, sempre involuntário e indevido, porém menos raro do que parece. Neste, a psicanálise e cada uma das suas “linhas” são implicitamente tratadas como visões de mundo concorrentes com outras. É o comum entendimento dogmático e doutrinário da psicanálise.

Apesar de ninguém o admirar, infelizmente tem largo curso em políticas de formação corporativas que ensinam “doutrinas”, saberes prontos, implicadoras de transferências traiçoeiras (incompatíveis com o pouco saber no nosso campo), não verdadeiras, que acima de tudo distorcem a forma de produção de conhecimento em psicanálise, encarando os resultados de pesquisas dos diversos autores como se fossem verdades reveladas.

Ninguém o defende, nem sequer o admite, mas tenho a certeza de que isso é realmente muito comum e o pior é o desconhecimento disso.

A perspectiva religiosa tem como principal contra-indicação o seu cunho de impostura. Inverte as trevas em que a nossa prática se debruça numa artificial luz de néon, oferecendo garantias impossíveis, como se alguém tivesse o domínio claro dos porões da alma humana.

A meu ver isso torna perigoso o ensino da psicanálise em função de linhas, doutrinas, pregações. Teria o discípulo de escolher no mercado das adesões aquela “opção” que mais o seduzisse? Fica parecendo que a busca da verdade e o confronto de argumentos não têm nenhum peso. Em vez disso haveria um mercado livre de idéias (mercado “livre” e livre de idéias!) onde se vão comparar vantagens, preços, etc. Assim a psicanálise acaba.

Seria possível forjar uma quinta perspectiva, mais coerente com as teses que nos guiam?

Praticamente desconhecida, pretendo comentá-la tal como se sugere na obra lacaniana, mas sem presumir que fosse uma sua “escolha”, pois em momentos diferentes o autor apresentou subsídios para a discussão do estatuto da psicanálise e do psicanalista em diversas direções. Corretamente, na sua função de formador, deixou o problema em aberto.

Independentemente de ser mais uma “opção” (o que pouco importa), essa perspectiva me é particularmente cara por fazer eco às teses que são o nosso ponto de partida. Favorece um mergulho vertical e radical nas conseqüências lógicas deste, propiciando que se extraiam e

detalhem as suas nuances, facilitando o seu cotejamento com a experiência de análise.

Só a apresento, mal a defendo e a última coisa que pretendo é que se constitua em resposta que obture a questão aqui refletida, a qual sobejamente sublinhei ser conveniente que permaneça em aberto. O que adendo é uma outra perspectiva para a pensar.

Retomo o ponto de que partira anteriormente. Para Lacan a psicanálise serve para mudar o destino e transformar o ser. Nem visa primordialmente a produção de um conhecimento, nem se restringe à mente, nem captura uma essência ou ausente substância do ser humano. Diz diretamente respeito ao medular do humano, “feitor” de atos (responsável e fazedor), irredutivelmente sujeito e essencialmente tempo.

Não pode portanto abreviar-se ou encolher-se numa proposta de estudo da mente, ou do psíquico, pois não se presta ao equacionamento de um objeto a conhecer: visa ao sujeito enquanto tal, como ser temporal a transformar.

Para refletir esta condição, o paralelo mais próximo que se pode estabelecer é com a ética.

Note-se, não se trata de pensar uma ética da psicanálise ou para a psicanálise, mas de refletir a psicanálise como uma forma, nova, de ética.

Ao renunciar à objetividade cientificista, não se precisa desistir do rigor: a psicanálise seria como que uma ética “empírica”, em que os juízos, as interpretações, em última análise seriam validadas pelo sujeito enquanto acontecimento temporal (não dependeriam de uma concordância falada, mas do demonstrado em destino).

O fatual é o testemunho. O acontecimento sensível é a palavra. Esta não se reduz ao aspecto formal de narrativas descritoras e ou comunicadoras de ocorrências que lhe sejam extrínsecas. Feita carne, a base empírica da psicanálise é enunciado, quaisquer que sejam os sentidos (tanto na acepção de significados como na de sensações) envolvidos na sua produção.

O que validaria essa ética não seriam decisões provenientes de um tribunal da razão, mas uma lógica intrínseca ao testemunho.

Lacan apresenta uma definição de ética sob medida para englobar a psicanálise, conceituando-a como um julgamento de ações que em si mesmas comportam (ou se lhes presuma) um valor de julgamento:

“A ética consiste essencialmente — sempre é necessário distribuir definições — em um julgamento sobre nossa ação, salvo que só tem alcance na medida em que a ação implicada comporte também ou se presuma comportar um julgamento, mesmo implícito. A presença do julgamento dos dois lados é essencial à estrutura” (Lacan, 1986, p.359).

A ética julga o sentido de ações que comportem em si mesmas um juízo (e portanto sentido). Não se trata de julgar por critérios extrínsecos ao ato, mas de escutar o sentido do ato do sujeito.

Não é esta uma tarefa vital para o analista? Não é esta a dimensão especificamente analítica do trabalho do psicanalista?

Não satisfeito, Lacan ainda critica as tentativas de conhecer cientificamente a psique, as psicologias (e portanto a psicanálise concebida como ciência). Seriam canhestras tentativas, nem sempre bem intencionadas, de penetrar o enigma da ação humana:

“... a questão ética de nossa praxis é estreitamente atinente a isto que podemos entrever desde há algum tempo, a saber, que a insatisfação profunda que nos deixa toda a psicologia, aí compreendida aquela que fundamos graças à análise, prende-se talvez a que ela é uma máscara, e às vezes um álibi, da tentativa de penetrar o problema da nossa própria ação, que é a essência, o fundamento mesmo, de toda a reflexão ética” (idem, p.27).

O desconhecimento de que o que efetivamente está em jogo são atos de sujeitos e não um objeto de conhecimento (o psiquismo, ou a mente, ou o comportamento...) só pode levar a resultados pobres e insatisfatórios. Em verdade inobjetivo, o sujeito precisa ser tratado eticamente, e não epistemicamente.

Em consonância, Lacan não se furta a asseverar que o estatuto do inconsciente não é ôntico, nem epistêmico, mas sim ético (Lacan, 1973). O que significa que o trabalho do psicanalista, sem a sobreposição dos seus juízos morais, consiste em escutar os julgamentos implicitamente expressos em atos (verbais, lúdicos, etc.).

Explicitando: haveria que repisar bem o abismo entre o ato enquanto produção de um sujeito, com sentido, e o comportamento como objeto de estudo a que se pode atribuir algum significado. O último seria uma maneira canhestra de tentar lidar com o espírito como se de uma coisa objetiva se tratasse.

Ainda que a identificação da prática psicanalítica com um procedimento ético pareça convir unicamente a uma descrição fenomenológica do que se passa na neurose (conflitos entre sentidos), isso não é verdade. Basta não pretender aprisionar os sentidos ao âmbito das representações verbais (equivoco que é fonte de muitos ataques mal informados ao intelectualismo ou logocentrismo lacanianos e no qual igualmente incorrem adeptos mal formados, autênticas ilustrações de caricaturas do seu pensamento). Vozes escutadas e impulsos incontornáveis, por exemplo, psicanaliticamente são atos eticamente tão imputáveis quanto idéias obsessivas. Seria insignificante e absurdo “tirar o corpo fora” do sentido (idem para o afeto).

Além deste modelo propiciar, de uma maneira simples, a concessão de cidadania a esferas do sujeito não exclusiva nem principalmente psíquicas, não requer nenhum esforço de adaptação para descrever a fenomenologia da situação efetiva da clínica psicanalítica. Ou não é verdade que o psicanalista “vê” o sujeito com os ouvidos?

Mesmo que outros órgãos sejam usados, o modelo é sempre o da escuta do sentido, o testemunho do que o outro, por palavras, pensamentos

ou obras, efetivamente diga (ou não). Para quê, portanto, supor aos enunciados que nos atingem um objeto falante, para depois restaurá-lo como “objeto sujeito” que tenha o comportamento de ser enunciante? Não é melhor pura e simplesmente admitir um “x” enunciante, originária e intrinsecamente sujeito?

Mas assim sendo o psicanalista obriga-se a desistir de quaisquer veleidades cognoscitivas (já que conhecer sempre pressupõe algum modo de objetivação). Agindo rente ao sujeito, testemunhando a sua revelação e constituindo parte nela interessada — o que leva a sua prática a níveis de sutileza e sofisticação inalcançáveis nos termos do conhecimento —, precisaria continuar a tentar competir com a psicologia cognitivo-comportamental bem feita? Há sentido em tentar tratar o seu sujeito (muitas vezes já tão entrevado por outras objetivações) como objeto (de conhecimento)?

Vale a pena adotar modelos cognitivos quando, à medida que o trabalho de análise se aprofunda, cada vez mais se tem de avançar à revelia do conhecimento?

O efetivo, mesmo o terapeuticamente efetivo, é função do conhecimento sobre os pacientes, ou depende do seu reconhecimento como sujeitos?

Ao aceitar o desafio de pensar o estatuto da psicanálise nesta perspectiva impõe-se a correlato exame do “ser analista” neste contexto. Muitas teses lacanianas a esse respeito — que podem soar arbitrárias no quadro da interpretação “formalista” do lacanismo, atualmente predominante — iluminam-se de uma maneira inesperada, sendo resgatáveis para um enriquecimento da reflexão psicanalítica contemporânea.

Passa a ser inteligível que ser analista, mais e menos que uma profissão, seja um lugar que não se confunde com a pessoa que o ocupa. Destinatário do sentido do ato, lugar em que o sentido inconsciente se desvela, o analista (não a pessoa) é uma função logicamente indissociável do inconsciente:

“...os psicanalistas fazem parte do conceito de inconsciente...” (Lacan, 1966, p.834).

O inconsciente pressupõe que se o escute. Naturalmente alguém precisa exercer essa função, mas não se confunde com ela. O lugar do analista não é uma profissão. É uma posição simbólica que eventualmente pode ser ocupada num instante, numa sessão, ou não!

Fica aliás em aberto se esse lugar sempre se confunde com o enquadre analítico fisicamente restrito à clínica liberal, ou se poderia ser pensado com outro e maior alcance: movimentos sociais, contextos comunitários, situações grupais e mesmo problemáticas sócio-culturais. Em qualquer caso sempre se trataria de dar ouvidos a sujeitos (que também não se confundem com pessoas) e nunca de atribuir significado a produções simbólicas (quem decide se houve escuta é o paciente, que o demonstra em atos evidenciadores de alterações de rumo).

Igualmente valeria a pena examinar se o ato analítico teria que se subsumir a intervenções concebidas segundo o modelo de tratamento médico e psicológico de indivíduos ou pequenos grupos, ou poderia ser alargado a intervenções mais ou menos pontuais, “escutadoras” de sentidos coletivamente dados, que se esgotem em si mesmas (por exemplo, a análise de uma anedota racista) ou se ampliem à escala de gerações (a escuta acurada de marcas de origem nacional, por exemplo).

Identicamente fica em aberto se quem encarna o lugar tem de ser uma pessoa ou por vezes a função pode ser exercida por uma instituição ou por um núcleo crítico atuante numa comunidade; e se a posição que fisicamente o consubstancia sempre é a do consultório ou equivalente ou poderia acontecer numa redação jornalística, aparecer num departamento de recursos humanos, efetivar-se na forma de uma ONG ou coexistir com as funções de uma instituição escolar, por exemplo.

Confirma-se o potencial germinal desta concepção. Enquanto esses possíveis desenvolvimentos permanecem embrionários, pelo menos uma coisa já é segura: uma vez que a pessoa que o analista é não se confunde com o lugar que ocupa, não importa fazer tipo (de analista). Algo na formação de alguém permite-lhe encarnar esse lugar, a certo tempo, em certos momentos de sessões (nunca em tempo cronológico permanente), mas, em última análise, o que o decide e “liga” a função é algo que se passa a partir do sujeito analisante. Afinal não pode haver escuta se primeiro não houver “fala” e esta prévia e logicamente constitui o lugar a que se confia. Fora disso (fora da transferência) o que pode haver é abuso de poder (mal) disfarçado em ciência objetiva do outro.

É cada paciente que, vez por vez, em tempo de análise e em momentos de sessão, institui e constitui o analista em seu lugar.

O que faz a pessoa do analista no resto do tempo? Nada, porque no resto do tempo é um cidadão que socialmente exerce uma profissão: psiquiatra, conselheiro, psicólogo clínico, parceiro empático...

Precisaríamos chamar de psicanálise o exercício de todos estes e de outros papéis e confundi-la com uma profissão?

Se alguma coisa caracteriza radicalmente a possibilidade de encarnar o analista, ou seja, de resgatar para um sujeito a sua existência em níveis a todos os títulos imprevisíveis, é o desejo do analista. Conceito que, a meu ver, resume operadores técnicos noutros referenciais teóricos apresentados de outro modo, e que deve ser ouvido de dupla maneira: é o desejo do paciente em ser escutado, e é o desejo da pessoa em posição de analista de testemunhar o outro sendo sujeito. Ou seja, o desejo do sujeito de se analisar e o desejo do operador de fazer aparecer o sujeito.

Entendido este vínculo como desejo, há ainda a vantagem de se preservar o enigma da relação do posto em posição de analista, como desejante, com o inconsciente próprio e alheio.

Diga-se o posto em posição de analista com isso querendo significar que não se trata obrigatoriamente de uma pessoa, embora as possibilidades abertas pelo laciano entendimento do analista como parte do conceito de inconsciente sejam ainda muito incipientes e nelas se tenha pouco refletido.

Entretanto também continuamos à mercê da precipitada atribuição à noção *de* desejo de um valor psicológico (embora contra e quanto a isso já esteja tudo escrito na obra laciana). Mal entendido terrível, degradado em desejo de um sujeito (inconsciente ou não), não há como deixar de fazer (ironias do destino!) uma espécie de psicologia do ego em terminologia laciana... Mas o autor é explícito: o desejo é sempre desejo do outro (Outro!) e *é* o sujeito. Não é um conceito psicológico e sim ontológico (vide Bairrão, 1996).

Em contrapartida, mesmo que se insista em que ser psicanalista não é uma profissão, as possibilidades que se gestam de conceber esse lugar consubstanciado a quem ou além de uma pessoa estão por se escrever. São ainda suficientemente incipientes para, por enquanto, nos obrigarem a restringir a reflexão ao âmbito de alguém que encarne a função. Este, embora se ofereça enquanto analista, e vigilante à escuta, não é sempre que está nessa função com quem o procura.

Outras coisas podem acontecer e devem ser pensadas, nenhuma incompatível com o ato analítico. Isso já foi dito, mas é preciso acrescentar que é bom que assim seja. Muitas vezes é nesses atos, mais fora da padronização de enquadres, que ao mesmo tempo se exerce, em ato, uma escuta. Às vezes os relatos de casos mais criativos soam anedóticos ou obscenos porque não se tem o contexto da intervenção analítica.

É por isso que garantias de formação analítica são praticamente impossíveis. Frequentemente vai ser preciso agir à revelia do que didaticamente se aprendeu, sob pena de não ter aprendido nada.

Há uma relação entre esta capacidade de ser incapaz de aplicar o conhecimento sabido e a condução bem sucedida de uma cura. O final de análise ideal implicaria um desencantamento com o saber do analista, que proveitosamente deve ser suplantado pela coragem de o perceber um guia que leva o sujeito a precipitar-se no sem garantias de um advir insubstantivo e só por isso eticamente livre, ainda que objetivamente parcialmente determinado. Mas na prática o que acontece é que esse desencantamento no mais das vezes sucede em função da indisponibilidade da pessoa em função de analista para acompanhar o paciente a esse lugar de desconhecimento de garantias. Desta maneira, o pulsional do sujeito raramente chega a desfazer-se do lastro de imaginária substância para “livremente” brilhar nas trevas, sem garantias (ou melhor, com a única garantia e risco do desejo).

Desta maneira o analisante, que em verdade vive a experiência de não saber, está dramaticamente condenado a permanecer crédulo no saber suposto ao outro. Como a análise mal sucedeu, acaba permanecendo em transferência

com a doutrina analítica a que se converteu, devotando-se feroz e messianicamente a defender as linhas e “escolas” que conformam a sua subjugação ao desejo do outro (na esperança de atingir em algum momento, sempre futuro, o que só teoricamente sabe que não adianta esperar).

É claro que, mal dita, a psicanálise aqui falhou. E provavelmente quando Lacan a cogitou como o oposto da religião, antecipando a sua derrota para esta (Lacan, 1980), não estava se referindo ao renascimento religioso contemporâneo, mas sim “profetizando” a degradação que poderia suceder-lhe.

Sintomaticamente são exatamente as instituições de formação que tendem a atrair e a manter gravitando em torno de si os que só chegaram a uma má dicção da experiência do inconsciente. Lá continuam esperando que lhes chegue “de fora” o que não ousaram investigar “por dentro”. Se não houver cuidado pode se reproduzir um círculo vicioso e se porem na posição de ensinantes os que mais incautamente acreditam na psicanálise (isto é, mal se analisaram e inverteram em crença a sofrida desautorização de garantias e certezas que acompanha o trabalho de análise).

Por isso é bom rever as análises que temos feitas. Boa parte da chamada crise contemporânea da psicanálise, cada vez me convenço mais, prende-se não a vicissitudes econômicas ou culturais, mas à pura e simples falta de mais análise.

Entre outros argumentos para o sustentar, além do modo sectário de adesão às teses psicanalíticas, recorro à insistente repetição de conflitos narcísicos e agressões especulares não compatíveis com análises minimamente bem sucedidas, em instituições do ramo.

Outro indicativo de que algo teria que ser repensado nas análises é o fato de haver expectativas padronizadas quanto ao que imaginariamente deveria ser o comportamento de um “bem analisado”. Especialmente os potenciais protagonistas dos dramas acima mencionados, que tão profundamente demonstram em atos que não se construíram distintos (dos outros), por razões óbvias tendem a confundir o analista com a pessoa que o encarna. Num claro sinal de que (ainda) buscam identificações imaginárias (imitações), próprio de quem ainda não deu ouvidos ao próprio umbigo, ignoram ser coisa descabida avaliá-lo pelo que no seu comportamento, atitudes e gostos for de sua exclusiva e responsável alçada.

Finalmente, último argumento, o espantoso alheamento e insensibilidade entre psicanalistas para com a dramaticidade da existência social humana contemporânea também é indício desfavorável quanto à qualidade do nível de análise atingido. Afinal, uma vez constatada a falta de garantias abstratas e transcendentais, resta-nos a sensibilidade e a solidariedade para com os nossos parceiros na aventura humana, cada um deles mais um fulgor finito no infinito desconhecido.

Pode um analista, entranhado e familiarizado com a dor própria e alheia, ser capaz de não dar ouvidos aos gritos, mesmo que silenciosos, da

humanidade coletiva circundante? E o que sabemos hoje sobre a desconhecida mente, alma, self, ou subjetividade humana, nenhuma relação tem com outras produções culturais na história da humanidade? Como situar-se perante o desconhecido e o próximo e longínquo humano? Haveria compatibilidade entre uma atitude de ignorância para com o apelo do outro, social e humanamente mais ou menos próximo, e a psicanálise?

À medida que a análise “cresce”, o ego (até em sentido coloquial) “encolhe”. Entendida como ética, ela se dirige ao núcleo do agir. Compete-lhe, a partir das condições de existência do sujeito, verificá-lo no ato de reformular as tábuas da lei do seu destino, na expectativa confiante de que saiba reciclá-las em remos e cônica de que podem amesquinhar-se em muletas.

A psicanálise é um trabalho de risco, e em risco. Lacan falava da importância de não recuar perante o ato analítico. Mais do que isso, torna-se imperioso avançar com o ato analítico.

O que será um analista?

Depende da análise. Depende em boa parte do que no presente ousamos empreender.

ABSTRACT: What will be a psychoanalyst? The answer depends on a definition of the psychoanalysis statute. It is important to let the question opened. On one hand, in order to remind the impact of the role of the unconscious to those who experience it. On the other hand, because of the extreme newness of this discipline which makes it difficult to be defined in its ultimate statute. The most common attempts to classify it, which are explicitly or implicitly present in the literature and in the mentality (philosophy) of the psychoanalysts (science, trade, art, religion) are not sufficient to fully comprehend the uniqueness of such a discipline. One could suggest a different perspective related to Ethics.

Some of its advantages are: it is more consistent with the clinical practice and it is open to the enlargement of analytical intervention which goes beyond the limits imposed by the model of a liberal exercise of the profession (pointing to the direction of a better insertion of the analytical practice in the social and cultural contemporary dilemma).

Palavras-chave: Inconsciente, psicanálise e psicanalista.

Key-words: Unconscious, psychoanalysis e psychoanalyst.

BIBLIOGRAFIA

BAIRRÃO, J. M. (1996). O impossível sujeito: implicações do tratamento do inconsciente por Lacan. Tese de doutorado, UNICAMP.

BOUVERESSE (1996). *Philosophie, mythologie et pseudo-science: Wittgenstein lecteur de Freud*. 2ª ed., Paris, L'éclat.

LACAN, J. (1980). Actas de la Escuela Freudiana de Paris: VII Congreso, Roma, 1974. Barcelona, Ediciones Petrel.

_____ (1986). *L'éthique de la psychanalyse*. Paris, Éditions du Seuil.

_____ (1991). *Le transfert*. Paris, Éditions du Seuil.

_____ (1973). *Les quatre concepts fondamentaux de la psychanalyse*. Paris, Éditions du Seuil.

POPPER, K. (1980). *Miséria do historicismo*. São Paulo, Edusp/Cultrix.

WITTGENSTEIN, L. (1971). *Leçons et conversations sur l'esthétique, la psychologie et la croyance religieuse*. Paris, Gallimard.

e-mail: jfbairrao@ffclrp.usp.br